

A Contestação da Autoridade Soberana: Política Económica Global, Guerra e Identidade em Transformação

Paulo Rigueira

Institute of Commonwealth Studies, Universidade de Londres.

Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Completou um MSc em Política Internacional na Universidade de Gales, Aberystwyth e um Mphil em Política e Relações Internacionais na Universidade de Bath. Encontra-se a terminar o Doutoramento na Universidade de Londres.

Resumo

Este artigo pretende desagregar o conceito de Estado soberano e focar-se numa noção particular: autoridade. A ideia de que instituições e indivíduos responsáveis pelo Estado representam poder último e soberano, atuando como um tribunal de última instância, tem vindo a ser contestada por forças internacionais e transnacionais. Tendo em vista entender melhor como estas forças têm condicionado a noção de autoridade soberana, será feita uma distinção entre as construções horizontais e verticais. Horizontalmente, a autoridade soberana é criada por processos de expansão capitalista, alfabetização e comunicação, bem como através de guerra. Consolidar autoridade vertical, por outro lado, implica a criação de laços identitários, de pertença e memória. O artigo pretende avaliar a narrativa que advoga transformações de autoridade soberana na economia política global, guerra e questões identitárias num duplo sentido: por meio de um estudo da desagregação da autoridade única do soberano e através de um estudo da bifurcação da autoridade soberana.

Abstract

Contesting Sovereign Authority: Global Political Economy, War and Identity in Flux

This article aims to unpack the concept of state sovereignty and focus on a particular notion: authority. The idea that institutions and individuals in charge of the state represented the highest power in the land, acting as a court of last resort is being highly contested by international and transnational forces. In order to further understand how these forces are conditioning sovereign authority, a distinction will be made between horizontal and vertical constructions of sovereign authority. Horizontally, sovereignty authority is said to be created by processes of capitalist expansion, literacy and communication as well as war. Consolidating vertical authority implies creating identitarian bonds and links of belonging and affection. The article will therefore assess the narrative behind the transformation of sovereign authority in the global political economy, war and identitarian issues in a double sense: through a study of the disaggregation of sovereign's authority unity and through a study of the bifurcation of sovereign's authority rule.

Introdução

Fenómenos como a intromissão de organismos internacionais na esfera individual do Estado e da sua soberania, de bifurcações de autoridades e desfragmentação do poder central soberano ou da existência de grupos de pressão que tendem a competir para exercer funcionalidades anteriormente inacessíveis forçando Estados aos seus interesses; são normalmente tidos como condições anormais em relação a um modelo ideal – alguns diriam clássico – de funcionamento da autoridade soberana. Com o advento e aceleração da globalização, no entanto, e para outros, todos estes fenómenos são inevitáveis, criados que são por esse mesmo espaço globalizado. Este artigo pretende contribuir para estes debates.

Muito tem sido escrito sobre a forma como o conceito de Estado soberano está a ser contestado por processos internacionais ou nacionais que perturbam a noção ideal do conceito. Por exemplo, alguns apontam para noções de governança sem governo (*governance without government*) (Rosenau e Czempiel 1992; Guéhenno 1995; Cerny 2010). Outros têm por objetivo compreender transformações de autoridade internacional e como “constituições da sociedade internacional” (Philpot, 2001) condicionam a independência do estado (Jackson 1999). Outros há que abordam processos de soberania partilhada (Krasner, 2004) e pretendem compreender como a soberania parece estar numa nova fase de desenvolvimento ao ser condicionada por formas de empréstimo e privatização. Por vezes estas transformações são também avaliadas todas ao mesmo tempo. Por exemplo, em estudos sobre a forma como a globalização está a afetar o Estado, o trabalho de análise tende a convergir e integrar em pequenas fases todos estes processos ao mesmo tempo, normalmente sob a égide de que fenómenos de compressão de tempo e espaço tendem a produzir modificações a nível internacional e nacional que contribuem para uma diferente estrutura de funcionamento de Estados (Scholte 1997; Larner e Walters, 2004). O que este artigo vai desenvolver, contudo, é uma análise mais delicada e contextual destes processos. Por outras palavras, é sentimento do autor que não existe um esforço dedicado por parte de diferentes abordagens de elaborarem criteriosamente o que diferentes conceitos envolvem. O esforço, neste sentido, é o de desenvolver um estudo mais cuidadoso do conceito de Estado soberano e sua contestação. O que se pretende desenvolver aqui é uma decomposição do conceito de Estado soberano por forma a expor os seus diferentes elementos constitutivos e, a partir deste processo, perceber como a realidade internacional pode ser contestada (Walker e Mendlovik, 1989; Krasner, 1995/96; Liftin, 1997). Mais especificamente, vai ser objetivo do artigo examinar e mostrar como a noção de autoridade soberana – entendida como o direito de governar ou como o reconhecido direito de governar (Copp, 1999) – está sob ameaça.

Em teoria, esta abordagem vai realçar e expor diferentes narrativas transformacionistas – a liberal, a pós-internacional e a construtivista – que estão a advogar um

mundo novo de autoridade pós-soberana. Ao fazê-lo, refúgio vai ser encontrado na teoria discursiva. Ao rejeitar, por um lado, os contributos humanistas da ciência e da história de ideias e, por outro, buscas hermenêuticas para recuperar o significado autêntico de textos; este artigo pretende assumir a atividade discursiva como descrevendo, por si só, sistemas de declarações – formações discursivas – produzidas num campo de discursividade (Foucault, 1972: 47). Segundo esta abordagem o campo de discursividade é composto de discurso; mais concretamente, disputas concetuais que produzem a “realidade” discursiva. Em suma, é na disputa aberta de conceitos que produzem cientificidade que a realidade social é construída. Não existe realidade científica independente de disputas concetualmente abertas. Uma análise concetual vai deste modo ser desenvolvida por forma a analisar a construção de campos de discursividade representativos da narrativa transformacionalista. A aqui designada “narrativa transformacionalista” é, deste modo, composta por diferentes argumentos que, imbuídos teoricamente em leituras liberais, pós-internacionalistas ou construtivistas, apelam a uma mudança da condição presente e a uma nova e transformadora era de autoridade pós-soberana.

Autoridade Soberana e Sua Contestação

Uma narrativa de construção e desconstrução torna-se importante realçar para perceber a dinâmica do argumento. Mais especificamente, como construir um conceito central da noção mais geral de Estado soberano – autoridade? Mas, e principalmente num mundo que se diz globalizado, forças de interdependência ameaçam as fronteiras de diferentes Estados e, desta forma, forçam a desconstrução de conceitos ideais e clássicos. A compreensão deste movimento pode ser feito em várias direções mas interessa aqui realçar as pressões desenvolvidas por forças internacionais sobre as nacionais. Destas duas formas opostas de funcionamento são feitas, então, as relações internacionais globais contemporâneas. Interessa refletir sobre estas dinâmicas.

Compreender o Conceito de Estado Soberano

A Paz de Vestefália é tomada como marco do início da moderna sociedade internacional considerada como um universo composto por Estados soberanos, cada um deles com autoridade exclusiva dentro dos seus limites geográficos. O conceito de soberania é tido, deste modo, como fundador para a criação de uma disciplina de Relações Internacionais. Na base do estudo da disciplina está o problema do Estado soberano e o modo como ele se construiu historicamente (Rigueira, 2012). Mas, e não obstante esta importância, o estudo destes mesmos Estados soberanos tem sido marcado por pouca atenção às diferentes *nuanças* que podem existir na definição deste conceito. O modelo Vestefaliano fornece uma imagem simples e elegante. Para se ter uma percepção mais concreta de como este modelo foi construído

torna-se importante os académicos fazerem um esforço de compreensão de *nuances* conceituais que o constituem. Para efeito deste artigo, pode desagregar-se o conceito de Estado soberano em três noções constitutivas: autoridade, territorialidade e autonomia (Stankiewicz, 1969).

Autoridade

A origem e a história do conceito de autoridade está intimamente relacionada com a natureza, origem e evolução do Estado e, em particular, com debates que se debruçam sobre o desenvolvimento da autoridade centralizada e do seu sistema administrativo de controlo político (Pemberton, 2008). O debate destaca o fato de o Estado se referir às pessoas e instituições que exercem autoridade suprema dentro de um determinado território ou sociedade. Nesse relato, a autoridade do Estado representa o poder absoluto na terra, atuando como um tribunal de última instância. O soberano onipotente é a única alternativa para suplantar a anarquia existente no estado de natureza. A relação entre indivíduos autónomos e iguais é deste modo vista como existindo numa condição de insegurança permanente: só a existência de um poder soberano hegemónico pode corrigir esta condição. Para atingir esse fim, o Estado altera as condições em que indivíduos procuram os seus interesses ao reconstituir a sociedade através de poderes absolutos de comando exercidos pelo sistema legal soberano e através da capacidade de fazer cumprir a lei (poder coercivo). Este tipo de compreensão que caracterizou as obras de Jean Bodin ou de Thomas Hobbes e que encontra igualmente representatividade em projetos de criação de Estados totalitários, sofre revisões com o desenvolvimento do pensamento liberal e, mais radicalmente, com o surgimento de correntes marxistas (Friedman, 1990). Para liberais o poder soberano reside em última análise no povo. Torna-se deste modo necessário dividir e circunscrever o poder do Estado com a promoção de uma regra da maioria e da noção de governo representativo. Em suma, liberais promovem uma aproximação conceitual que visa fundamentar a autoridade soberana numa teoria constitucional fortalecida pela parceria entre governante e governado. Para marxistas os benefícios da representatividade, no entanto, fazem desaparecer o que, para esta aproximação ao problema, aparece como o principal: o Estado, pelo menos no contexto da sociedade capitalista, expressa a vontade da propriedade privada como a mais alta realidade política e moral. Por outras palavras, o Estado soberano é visto como a expressão oficial da sociedade civil, refletindo deste modo a sociedade burguesa ou a circulação de interesses privados (Milliband, 1983). O Estado – e a sua ordem – nada mais são do que reflexos de interesses capitalistas e burgueses. Em última análise a única solução é a da destituição deste Estado por forças sociais. O projeto idealiza igualmente a destituição integral do Estado e a existência de ordens constitucionais alternativas (Friedman, 1990).

Debater autoridade implica igualmente discutir sistemas de governo e reivindicações sobre o direito de governar: legitimidade e capacidade de governar. Em Max Weber encontramos a consolidação de um esforço conceitual que vinha a ser desenvolvido desde a Grécia mas que encontrou com a emergência do Estado moderno uma mais sólida razão para existir (Spencer, 1970). Muito tem sido escrito sobre as reflexões que Weber desenvolveu sobre a noção de autoridade. No meu entender, a definição de autoridade de Weber é concebida tanto como uma relação de comando e de obediência – um conjunto de reivindicações pelo “direito exclusivo de fazer leis” – como engloba também uma noção de autoridade como reflexo de uma cidadania democrática que apoia ativamente as políticas e as estruturas de governação do Estado (Thomson, 1995). O sucesso ou o fracasso destas reivindicações assenta numa variedade de bases, incluindo apoio político ativo, uma aceitação generalizada das regras do jogo, deferência pelos especialistas, medo de retaliação e completa indiferença para com o processo e os seus resultados. É por isso possível constatar que, no seguimento de Weber, duas posições emergem para debater esta questão (Raz, 1990): uma fundada na tradição Parsoniana, a qual iguala mais ou menos autoridade e consentimento voluntário do súbdito em relação ao titular do poder e contrasta esta dimensão voluntária com força e coerção. Outra definição sublinha como “a relação autoritária entre aquele que comanda e aquele que obedece não assenta nem na razão comum nem no poder daquele que comanda: o que ambos têm em comum é a própria hierarquia cuja justeza e legitimidade reconhecem e em que ambos têm o seu lugar estável predeterminado” (Arendt, 1961: 93, citado em Raz, 1990: 57). À parte as diferenças, a característica distintiva da autoridade é o direito presuntivo para governar, o qual é uma relação estrutural que une tanto governantes como governados.

Territorialidade

Debater territorialidade remete para a organização do espaço político e em particular para os princípios subjacentes à forma como o espaço político está organizado. A organização política é territorial quando o alcance legal da autoridade pública é contíguo a certos limites espaciais como os do Estado nacional ou de jurisdições federais dentro de um estado. Territorialidade relaciona a geografia de autoridade com o alcance geográfico desse governo (Khaler e Walter, 2006).

O Estado territorial é naturalmente um espaço com fronteiras físicas e um bem desenvolvido sobre uma lógica de exclusão: interior/ exterior. O Estado moderno fechou fronteiras, alterando assim a possibilidade de abertura ao que é externo (De-laney, 2005). A ascensão de partidos políticos, a expansão do eleitorado, a crescente importância da representação formal e dos parlamentos e o desenvolvimento dos grupos de *lobby*, podem ser vistos como indicadores deste seletivo mas poderoso estreitamento das fronteiras dos Estados.

A emergência do princípio territorial, do domínio sobre um território por um único governante ou uma instituição política, por outro lado, é subversiva. A organização territorial implica o governo sobre um espaço distinto, os súbditos desse espaço e a economia do espaço. Implica consolidar ilhas dispersas de autoridade numa hierarquia ou separar autoridade em esferas territoriais como nos sistemas federais. Sobre o aspeto de governação, constituições formais e informais podem significar o alcance preciso das autoridades do Estado e podem dividir os poderes do Estado entre várias instituições. É deste modo possível imaginar estruturas de autoridade separadas. O princípio medieval de organização de múltiplas autoridades existindo no mesmo território, cada uma delas fazendo reivindicações baseadas no uso, nos direitos consuetudinários e nas relações pessoais fornece um exemplo paradigmático (Ruggie, 1993). A União Europeia aparece, deste modo, como um caso paradigmático desta nova medievalidade. Um segundo problema que se levanta, contudo, é o do alcance da força central e territorializada. A persistência de reivindicações territoriais e a ausência de soberania resultante de formas não territoriais de organização põe em causa a estrutura territorial prevalecte. Mas sejam quais forem as fronteiras do Estado no que diz respeito à sociedade, quando os conflitos entre as autoridades ocorrem, o Estado soberano pode reivindicar o direito de governar restando às forças contestatárias absorver ou não esses princípios.

Autonomia

Debater autonomia implica perceber relações entre estruturas hierarquizadas internacionais. É a capacidade de excluir estruturas de autoridade externas das esferas de influência doméstica. Isto significa que nenhum ator externo goza de autoridade dentro das fronteiras do Estado. Esta noção de autonomia agrada aos escritos clássicos sobre os fundamentos históricos da sociedade internacional e do seu desenvolvimento (Wight 1968; Jackson 1999; Hinsley 1986) e fundou muitas das preocupações da denominada Escola Inglesa de Relações Internacionais. Neste sentido, autonomia exprime a importante noção de independência política. Está, deste modo, intimamente ligada às noções de igualdade dos Estados e à não intervenção nas relações entre Estados soberanos. Para um dos teóricos que mais tempo dedicou a estudar esta questão, Robert Jackson, autonomia apresenta-se como uma “regra de ouro” para o funcionamento da sociedade internacional. Nas suas palavras “a *grundnorm* deste arranjo político (o Estado soberano) é a proibição básica da intervenção estrangeira que impõe, simultaneamente, um dever de abstenção e confere um direito de independência a todos os estadistas. Uma vez que os Estados são profundamente desiguais em poder, a governação mundial (baseada neste princípio) é obviamente muito mais exigente para Estados poderosos e muito mais sujeita a revisões quando em causa estão Estados fracos” (Jackson, 1990: 6).

Autoridade, território e autonomia são noções distintas na medida em que nenhuma delas implica e esgota logicamente o significado das outras. A verdadeira soberania é um tipo de autoridade, mas é também mais do que isso. O território envolve a fusão do espaço físico e da autoridade pública, mas a congruência entre os dois está longe de ser perfeita. Consolidar este modelo Vestefaliano requer igualmente que nenhum poder ou autoridade estrangeiros governem sobre os destinos nacionais do Estado. Contudo estas noções são contestadas por diferentes literaturas e em diferentes circunstâncias que necessitam de ser cuidadosamente avaliadas. É justamente esta variabilidade no ajustamento que proporciona diferentes ângulos para investigação.

Uma das maiores contribuições do trabalho de Stephen Krasner (1995, 1999) foi esclarecer as *nuanças* na contestação do conceito de soberania e Estado soberano. Considerando que no seu trabalho inicial Krasner estava interessado em rejeitar aproximações institucionalistas e o trabalho desenvolvido sobre interdependência internacional (Thomson e Krasner, 1989), em trabalho posterior o autor preocupa-se com questões de cedência de autonomia e de soberania (Krasner, 1999). Ao longo deste percurso, uma nítida atenção para compreender *nuanças* conceituais motiva este esforço. Como Stephen Krasner elucida, “Violações territoriais do modelo vestefaliano envolvem a criação de estruturas de autoridade que não são coincidentes com fronteiras geográficas” (1995:116), considerando que as contestações ao princípio de autonomia envolvem condições “nas quais um ator externo é capaz de exercer algum controlo autoritário dentro do território de um estado” (1995:116). Analisar estas duas formas de contestação conduziria este artigo numa direção diferente. Por exemplo, conduziria a analisar processos de governação a nível global em que fenómenos mais vastos de interações culturais, informacionais e económicas estão a condicionar e a conduzir a mudanças no sentido da supraterritorialidade (Brenner, Jessop e Jones, 2003). Debater outro tipo de mudanças – relacionadas com a noção de autonomia – produz uma discussão refém de debates sobre “soberania e desigualdade” ou, como alguns diriam, no desenvolvimento das condições de civilização (Kingsbury, 1998; Hobson e Sharman, 2005). Exigiria investigar processos em que um Estado soberano se vê condicionado por processos internacionais de ajustamento – na forma de impérios ou de outras formas menos hierarquizadas – que condicionam a nossa forma de entender a autonomia nacional (Donnelly, 2006; Simpson, 2004). Contudo estas *nuanças* não serão aqui consideradas. O esforço vai ser o de perceber as mudanças no conceito de autoridade soberana. Mas antes da sua concretização a próxima secção irá debruçar-se sobre a narrativa que promove perspetivas transformadoras.

Contestar a Autoridade Soberana

Desde o fim da Guerra Fria que, para alguns, o terreno político internacional alterou-se significativamente. O Estado Vestefaliano ideal – essa nítida convergência de

uma autoridade final com localização soberana indiscutida sobre um povo – é um feito raro, se é que existiu (Lifitin, 1997; Thomson, 1995). Toda esta estrutura parece estar a desmoronar-se de acordo com narrativas transformacionistas.

Em particular, narrativas progressistas realçam um mundo de crescente interdependência económica, política e cultural em que as trajetórias nacionais estão fortemente misturadas e em que a própria natureza dos processos quotidianos une as pessoas através de processos transfronteiriços de enormes repercussões. Por outro lado, forças de globalização e de interdependência têm vindo a exercer pressão sobre sistemas políticos, gradualmente circunscrevendo e delimitando esse mesmo poder político (Held e McGrew, 2003). A ação destas forças transnacionais teve um efeito profundo tanto no funcionamento como na conceitualização de autoridade soberana.

Com este cenário, alguns defendem que já não vivemos num mundo de comunidades nacionais distintas. A conceção monolítica do Estado em termos de exclusividade tornou-se cada vez mais problemática nos últimos anos (Held, 1995). O Estado enfrenta desafios tanto externos como internos e com isto verificou-se uma transformação na estrutura das relações internacionais: quer através de questões que transcendem e prejudicam os interesses do Estado tradicional como reivindicações de direitos humanos universais e de grupo (Rigueira, 2011) quer por processos de pressões internacionais e supranacionais que ameaçam pressupostos de autoridade soberana anteriormente possíveis. Por outro lado, é defendido que nesta nova era, a sociedade de Estados soberanos parece ser ultrapassada por um princípio organizador no qual um organismo ou uma série de organismos internacionais ou supranacionais substituíram Estados soberanos como os principais depositários de direitos e deveres (Archibugi, Held e Kohler, 1998).

Isto não era novidade para os teóricos que se envolveram naquele que foi considerado um dos “grandes debates” da década de 1970: noções realistas do poder de Estado e de autoridade foram mais do que nunca nesta altura contestados por uma revigorada corrente de interdependência liberal que acentuou a emergência de novos atores e de novas fontes de ameaça para o Estado soberano (Keohane e Nye, 1977; Huntington, 1973). Esta literatura ganhou uma nova dimensão na década de 1990 e desde então o debate sobre o “fim da (autoridade) soberana” tem sido reforçado por diferentes narrativas transformacionistas. Hoje o debate continua entre estas diferentes conceitualizações do problema, ganhando na disputa teórica mas sem significativa inovação substantiva (Milner e Moravcsik, 2009).

Se a relação entre soberania e autoridade pode ser analisada sob um prisma de construção/contestação há que entender, no entanto, o que vem depois. Por outras palavras, quais as consequências da luta conceitual entre construção e decadência. As secções seguintes vão desenvolver estes aspetos e analisar o modo como esta nova condição de interdependência internacional tem vindo a afetar dimensões de autoridade soberana em três áreas: economia, guerra e identidade.

Autoridade Soberana: Narrativas Transformacionalistas

Com que dinâmica se processa, mais concretamente, a proliferação da autoridade soberana? Verdade que a este processo pode ser associado um mais geral e vasto: o da própria definição de autoridade nacional. Fruto de análises variadas, este trabalho têm-se reforçado pela tentativa de perceber dinâmicas históricas sobre prismas que alguns caracterizariam por horizontais e verticais. Mais concretamente, a esta fragmentação pode ser associada uma outra: a análise de autoridades soberanas num duplo sentido, através de um estudo da desagregação da unidade autoritária e através de um estudo da bifurcação do governo autoritário. Deste esforço nasce, então, e do que decorre do trabalho transformacionalista, uma tentativa mais concreta de determinar o “fim da autoridade soberana”.

Reconfigurações Horizontais

Num dos mais brilhantes capítulos de um livro destinado a descrever o “Fim da Soberania”, Joseph Camilleri e Jim Falk promovem uma distinção conceptual entre diferentes formas de autoridade nacional (Camilleri e Falk, 1992: cap. 3). Desenvolvendo o esforço lançado pelos autores – e não entrando em debates demasiadamente exaustivos sobre diferentes disposições filosóficas e teóricas que caracterizam esta literatura –, há, claramente, duas grandes narrativas que visam entender, por um lado, o desenvolvimento horizontal da nação e, por outro, a criação vertical das nações. Pode dizer-se, resumidamente, que a estas duas perspetivas correspondem movimentos de consolidação de autoridades soberanas sobre dois prismas: de cima para baixo ou, para uma segunda perspetiva, de baixo para cima.

Horizontalmente, o que está em jogo é a visão de um processo cultural homogéneo, resultado de um fenómeno linear de industrialização e de desenvolvimento muito característico da Europa Ocidental. Ernest Gellner (1983) aparece com um dos primeiros académicos a consolidar este tipo de perspetiva. No modelo de Gellner, as unidades políticas seculares, imbuídas de ideias de soberania popular, procuram a sua realização na conquista de um Estado independente e integrado através de direitos universais de cidadania. Esta sociedade culturalmente homogénea consolida-se pelo crescimento da produção industrial, em que autoridades nacionais crescem através do intercâmbio de mensagens promovidas pelo comércio e pelo desenvolvimento da imprensa. A economia, a cultura e a língua tornaram-se, portanto, cruciais para a visão de Gellner sobre o nascimento do nacionalismo. Michael Mann, prolongando alguns dos temas que Gellner deixou por desenvolver e partindo de uma perspetiva diferente, consolida ainda mais este sentido de integração horizontal. Mann (1988), acrescentando uma visão militarizada da construção de autoridade nacional, observa como crises militares tornaram “protonações” em verdadeiras nações com várias classes sociais, através de um maior recrutamento por parte do poder central, de impostos de guerra e de empréstimos de guerra

regressivos. A centralidade da autoridade leva, por outro lado, a que as classes proprietárias exijam maior representação política e politizem, ao fazê-lo, os conceitos de “nação” e de “povo”.

Temos, portanto, as nossas categorias que consolidam a visão horizontal da construção da autoridade nacional: o capitalismo, processos tecnológicos e a guerra. Neste artigo vai ser dado particular destaque ao modo como transformações promovidas quer pelo capitalismo quer pela guerra, e presentes na “narrativa transformacionalista”, têm vindo a transformar a política global e, mais concretamente o conceito de autoridade soberana.

Política Económica Global e Autoridade Soberana

Entre as características mais marcantes da narrativa transformacionalista no que respeita ao atual funcionamento da economia mundial, encontram-se o enfoque conceptual na crescente incompatibilidade entre as fronteiras dos Estados e dos mercados e a crescente influência de mercados internacionais em relação aos Estados. Estes dois processos de firmamento de uma autoridade soberana pela economia e contestação dessa mesma autoridade soberana pela economia internacional devem ser, portanto, analisados.

Na Europa, afirma Hendrik Spruyt, “o poder do rei cresceu como resultado do apoio dos burgueses à política real. Devido à expansão do mercado, espaços citadinos procuraram instituições políticas alternativas mais favoráveis ao comércio e ao seu modo de vida e o individualismo ocidental floresceu juntamente com a redescoberta do conceito de propriedade privada absoluta e exclusiva” (1996: 105-106). A emergência do Estado soberano na Europa foi acompanhada pelo crescimento dos mercados nacionais em que compradores e vendedores individuais podiam influenciar os termos de troca. Neste sentido, as estruturas económicas foram fundamentais na criação do Estado Vestefaliano e do sistema internacional. Mas se historicamente a economia fez a autoridade central, o que se tem verificado contemporaneamente é que as estruturas económicas tendem elas próprias a perder este vínculo que durante séculos permitiu ao Estado impor e construir a sua autoridade soberana. Por outras palavras, as estruturas económicas tendem a desvincular-se da autoridade do Estado (Schwartz, 2010). O processo de industrialização está agora a destruir a própria autonomia que, num primeiro momento, o Estado do século XIX lhe deu. A industrialização continuou a produzir cada vez mais a divisão do trabalho e, assim, uma cada vez maior interdependência económica através das fronteiras do Estado. Os domínios efetivos dos mercados económicos passaram a coincidir cada vez menos com as jurisdições nacionais do governo (Helleiner, 1994; Arrighi, 1994).

Por outro lado, a rápida transformação da sociedade global no final do milénio alterou drasticamente a relação entre Estados e mercados económicos. Como nou-

tras esferas da vida global, o sistema interestadual de controlo exclusivo está a ser afetado pela lógica não-territorial dos mercados regionais e globais (Cerny, 2010). Além disso, cada vez mais Estados, independentemente da história ou da cultura, estão a privatizar funções do governo, desregulando mais setores das suas economias, reduzindo os seus compromissos de bem-estar, adaptando, voluntária ou involuntariamente, as suas políticas às exigências de instituições financeiras inter-governamentais e privadas (Sassen, 1996; Smith e Topik, 1999). Finalmente, o próprio Estado, para progressistas, está a tornar-se uma mistura de associação civil e de associação empresarial – de Estado constitucional, de grupos de pressão e de Estado-firma. Nesta sua nova condição o que se torna evidente é que a própria ação do Estado, e os atores que o compõem, proliferaram e, por consequência, a autoridade do soberano vive, nos dias que correm, condicionada por um conjunto de grupos de interesse económicos que vão para além do que seria tradicionalmente aceite (Cerny, 1990; Jessop, 2002).

Guerra, Segurança Internacional e Autoridade Soberana

Segundo os transformacionalistas, também a relação entre guerra e autoridade soberana tem sofrido alterações. A violência no mundo pré-moderno assumiu formas substancialmente diferentes das que tinha tido durante a época interestadual. A violência proliferava em sociedades sem verdadeira capacidade central para governar e controlar o seu aparecimento e proliferação. Não havia simplesmente meios para conter o uso da violência dentro das sociedades (Keegan, 1993; Holsti, 1996). A partir do século XVII, quer centralizando internamente o poder militar e, por outro lado, lançando-se externamente no equilíbrio do poder, Estados soberanos foram reforçando e construindo a sua autoridade com o propósito de regular e restringir os meios de violência. O sistema de Estados soberanos construiu-se assim como o resultado de um esforço para limitar e regular a violência coletiva quer entre os Estados quer dentro dos Estados após as guerras religiosas pré-Vestefalianas. Construiu-se igualmente para legitimar o uso da violência pelos soberanos contra os seus opositores internos. Os limites ao uso do poder interno e do “direito à vida” por parte do soberano medieval sobre o seu súbdito ficaram, deste modo, condicionados (Keegan, 1993; Porter, 1994). Ora, na contemporaneidade, e para a narrativa transformacionalista, toda esta construção parece estar em risco. Do ponto de vista militar, o Estado Vestefaliano era superior a formas políticas rivais como as cidades-estado, os feudos, as tribos, as aldeias, as confederações e impérios em termos de organização social e política e de economia de escala. Os exércitos europeus regimentalmente organizados eram extensões do poder do Estado destinados a executar as políticas de líderes soberanos. Dadas as condições históricas sob as quais surgiram os Estados na Europa, pode ser mais do que simples coincidência que – conforme os Estados soberanos perderam relativa autoridade na era atual – a

gestão da violência global esteja a desgastar-se e que esteja de certa forma a ser descentralizada. Isto representa um desafio à construção interna da autoridade através da regulamentação da guerra entre os povos (Kaldor, 2007). Externamente, também se verifica um desafio à ideia de que Estados soberanos se envolvem em formas de equilíbrio de poder para solidificar a sua própria autoridade simbólica. Narrativas progressistas aludem a uma transformação dos pressupostos de guerra interestadual como ela foi teorizada por Clausewitz: a violência envolve, hoje, participantes *não soberanos* que lutam apenas por razões de Estado. E, apesar dos problemas de coordenação e do papel de superpotência dos Estados Unidos, o envolvimento do Estado e a sua estratégia militar cada vez mais tomam a forma de participações em alianças como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, coligações ou intervenções de manutenção de paz humanitárias sancionadas por instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (Wulf, 2005).

Há um segundo sentido no qual se podem ver mudanças na forma como a noção de autoridade soberana está a ser reconfigurada pela alteração das condições de segurança internacional. Para transformacionistas, a complexa teia de produção transnacional e de finanças é uma pedra angular da ordem militar global oferecendo perspectivas de análise cruciais sobre a dinâmica dos orçamentos militares, do padrão de transferência de poder, da natureza dos conflitos regionais e da função da intervenção do poder militar. Em suma, autoridades soberanas são trespassadas por interesses que anteriormente estavam selados. Cada vez com maior frequência, as decisões de segurança dos Estados não são necessariamente as principais variáveis independentes da equação geopolítica; elas são o subproduto de uma intrincada rede de interesses subnacionais, supranacionais e transnacionais em que considerações principais são tanto económicas como estratégicas (Creveld, 1991; Cohen, 2008). Versões há do argumento que aludem ao imbricado processo de comunhão de esforços militares e de interesses económicos. Pode-se, portanto, prever e associar diferentes “zonas de guerra e de paz” internacional pelas fronteiras que se estabelecem por este processo: entre zonas de integração e zonas de exclusão e adversidade caracterizadas precisamente pela identidade de cada Estado e sua filiação/desfiliação em relação às forças do capitalismo supraterritorial (Cooling, 1981; Metz, 2000). Em segundo lugar, numa época de erosão da autoridade do Estado, atores como organizações transnacionais e organizações não-governamentais estão a adquirir um papel crescente na política global, incluindo na guerra. Destes fatores, o mais importante para a análise da expressão contemporânea de guerra são os atores que oferecem violência ou segurança privadas. O *outsourcing* da guerra e a condenação de que o Estado deveria garantir a segurança dos seus cidadãos estão, portanto, a produzir alterações no conceito convencional à volta de soberania e de autoridade (Dickinson, 2011). Em terceiro lugar, a mudança da relação entre soldados e civis na lei da guerra e as consequências que estas alterações têm no

esbatimento da ideia de que o Estado é o único ator soberano a ter em conta, está a ajudar a alterar a lei internacional no sentido de proporcionar a indivíduos ganhar peso contra a autoridade do Estado. Transformacionalistas realçam como a própria noção de soberania se está a tornar cada vez mais uma questão de “responsabilidade de proteger” em nome de direitos individuais. Líderes de países com responsabilidade para tomar decisões de vida e de morte passam por isso mesmo a dever estar mais conscientes de que as suas decisões estão a ser escrutinadas por um regime cada vez mais forte do direito penal internacional (Clark, 2009; Bellamy, 2011).

Reconfigurações Verticais

O sentido de comunidade horizontal – acima realçado – é apenas um de dois elementos centrais da conceção de autoridade nacional soberana. O outro é um sentido de história nacional: uma visão vertical da comunidade através do tempo. Neste segundo sentido a existência da comunidade nacional é considerada natural através da aparente inevitabilidade histórica da sua emergência e do seu futuro (Anderson, 1982). A autoridade nacional de acordo com esta visão vertical, não é deste modo entendida como construída de uma forma linear desde a pré-industrialização até à industrialização – ou através do imperialismo. Em vez disso, é colocada ênfase no ponto de vista oposto, (*bottom-up*) que salienta a centralidade das origens, a recuperação da memória e do passado como um caminho para negociar a criação da autoridade. Isto levanta questões de identidade, identidades coletivas e do seu futuro. Mais uma vez, o esforço neste artigo vai ser o de perceber as transformações que se verificam quando se faz interagir o conceito de identidade e de autoridade soberana.

Identidade e Autoridade Soberana

Para a narrativa transformacionalista – principalmente na sua corrente construtivista – o conceito de identidade cultural é um conceito não estático e, por conseguinte, tal como identidades mudam, o mesmo acontece com a força e a importância relativas das diferentes autoridades. Partindo deste dispositivo meta-teórico, é advogado que o triunfo do Estado sobre diferentes poderes localizados rivais, proporcionou a ligação entre identidade e auto-governança e reivindicou a lealdade dos seus cidadãos: o exercício de soberania expressava a identidade coletiva (Sandel, 2005). Durante centenas de anos esta formação respondeu a um anseio por acordos políticos que passaram a situar sentimentos de cidadania num mundo cada vez mais regido por vastas e distantes forças que tendiam a convergir para um ponto de semelhança identitária comum (Sandel, 2005). Não obstante este fato, o que se torna verdade na contemporaneidade, continua o argumento transformacionalista, é que a cidadania presente tem de partilhar a sua influência com outras identidades. Por outras palavras, deixou de haver uma hierarquia

clara de identidade: cada um de nós está envolvido em velhas identidades e lealdades, mas, e ao mesmo tempo, essa mesma identidade está afetada por um conjunto ilimitado de identificações. Dois aspetos essenciais da cidadania contemporânea estão, mais precisamente, a ser desafiados: a pertença e o *status* (entendido como um conjunto de direitos) (Kratochwil, 1996).

Em primeiro lugar, é avançado o argumento de que há uma evidência crescente de que a natureza de pertença está a mudar. As ideias familiares de nação e de nacionalismo parecem assumir hoje uma conotação nitidamente subversiva, uma conotação anti-Estado em grande parte do globo. Isto leva mesmo a posições mais radicais que, e em face da crescente tensão entre nação e Estado, reivindicam o abandono completo do rótulo de Estado-Nação (Meisler, 1992). Ao mesmo tempo, a relação entre o Estado e nação neste primeiro sentido de “pertença” parece estar a ser alterada através de um segundo processo: a perspectiva de um Estado no topo hierárquico de identificação parece ser contestada. Para transformacionistas, o ranking de identificação identitária nacional varia de forma significativa dependendo do contexto: a criação de uma hierarquia transforma-se de questão para questão. Assim, cada questão provoca um elenco diferente de jogadores e de diferentes conjuntos de aliados e de adversários (Brubaker e Cooper, 2000). O poder a nível nacional é, por isso mesmo, caracterizado por uma proliferação de sentido de pertença: embora seja prematuro prever a queda da cidadania nacional do topo da hierarquia da identidade, outros centros de poder estão a competir com os Estados soberanos com importantes consequências para a disposição do cidadão para lutar e morrer por esse sentido de pertença (Judt, 1994; Ignatieff, 1993).

Quanto ao *status*, verificam-se dois tipos de transformação. Por um lado, e embora a cidadania continue a ser uma importante fonte de auto-identidade, é advogado que só por si nunca foi suficiente para descrever os direitos e as responsabilidades necessários e desejados pelos indivíduos. Assim como a cidadania confere um *conjunto de direitos* a membros, narrativas há que advogam um ambiente de mudança que envolva um cada vez mais amplo conjunto de associações e de comunidades. A nível nacional, o funcionamento de múltiplas identidades torna-se, então, a regra e não a exceção (Lapid, 1994; Herb e Kaplan, 1999). Este fenómeno, por sua vez, conduz a questões de identificação: quando as obrigações como membro em diferentes grupos entram em conflito, torna-se difícil determinar a ordenação hierárquica das múltiplas identidades em questão.

Por outro lado, o futuro da política global com fronteiras e lealdades variáveis, está caracterizado por um processo de flutuação instável que resulta da própria mutação do conceito de identidade coletiva. Para perceber esta perspectiva torna-se necessário partir do pressuposto de que líderes manipulam identidades para assegurar lealdades e adquirir legitimidade (e, por conseguinte, autoridade) necessária para que diferentes centros de poder sejam tomados como comunidades morais.

A forma como o fazem passa por reescrever a história, dominar a literatura e a arte, adaptar antigos mitos e criar novos. Contudo, transformacionistas sublinham as dificuldades de definição de identidades comuns de uma forma que encontre uma concordância universal nesse tradicional mundo identitário (Hall, 1993). A criação e o reaparecimento de mitologias e a religião são exploradas como exemplos de como as identidades coletivas estão a ser construídas contribuindo para a construção de um novo sentido de pertença (Marty e Appleby, 1997). A identidade coletiva do soberano compete hoje com identidades alternativas e alianças transnacionais que têm por objetivo transcender a visão opaca que liga a autoridade de Estado e a identidade coletiva. Identidades coletivas estão a ser reconfiguradas hoje em dia por processos que transcendem as fronteiras de Estado e que têm um impacto nessa mesma fronteira. Segundo algumas perspectivas, estas mutações não são sempre boas (por exemplo, o ressurgimento de movimentos transnacionais que apelam à *jihad*), mas, apesar de tudo, o que é realçado é a tendência e não necessariamente o julgamento normativo do facto (Habermas, 1992).

Para finalizar, transformacionistas defendem que, nas condições atuais de múltiplas autoridades, precisamos de reavaliar constantemente qual é ou onde é o nosso "lar". O impacto neste caso na identidade coletiva faz-se não de fora para dentro mas de dentro para fora. O Estado-nação deixou, deste modo, de ser visto como o principal símbolo de identificação e de lealdade para a maioria dos indivíduos. No processo de interação entre diferentes componentes identitários, possibilitado pela contemporânea sociedade globalizada, são forjadas novas identidades, lealdades e os símbolos que as acompanham onde o antigo "sentido de si" é redefinido ou diluído. Em suma, a identidade pós-Vestefaliana é bifurcada, fluída e está em mutação o que permite, por si só, a construção de identidades transnacionais (Shapiro, 1994). O exemplo mais claro disto é dado como o apelo a uma "Irmandade Muçulmana" nos países do Médio Oriente que transcenda o sentido Vestefaliano de pertença a um Estado autoritário nacional.

Conclusão

Este artigo pretendeu desagregar o conceito de Estado soberano e focou-se numa noção particular: autoridade. A ideia de que instituições e indivíduos responsáveis pelo Estado representam o poder soberano, atuando como um tribunal de última instância tem vindo a ser contestada por forças internacionais e transnacionais. Tendo em vista entender melhor como estas forças têm condicionado a noção de autoridade soberana foi feita uma distinção entre construções horizontais e verticais. Horizontalmente, a autoridade soberania é criada por processos de expansão capitalista, alfabetização e comunicação, bem como através de guerra. Consolidar autoridade vertical, por outro lado, implica a criação de laços identitários, de pertença e memória.

O artigo pretendeu avaliar a narrativa que advoga transformações de autoridade soberana na economia política global, guerra e questões identitárias. Foi desenvolvido o argumento de como historicamente laços que permitiram a constituição de entidades coerentes nestas três áreas estão, para narrativas progressistas, a perder o sentido. Existe uma desagregação do poder histórico da autoridade que, e por força de inevitáveis transformações, tem dado o lugar ao poder de autoridades distintas e dispersas. Por outro lado, foi realçado como esta mesma autoridade soberana se apresenta cada vez mais bifurcada por forças e processos internacionais e nacionais que a afetam. Seja a criação de entidades privadas, seja pela transformação do exercício público de funções, seja pela atribuição de novos centros de poder, seja pela reconfiguração do sentido de pertença, *status* ou identidade coletiva. O objetivo mais geral desta avaliação foi o de criticar correntes que debatem o conceito de soberania ou Estado soberano sem o devido detalhe de análise. A contribuição aqui apresentada pretendeu, deste modo, trazer maior consistência para a análise do conceito de autoridade soberana – tantas vezes confundido com a noção de soberania em si mesmo na literatura de Relações Internacionais.

Referências

- Anderson, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Antonsich, Marco (2009). "National Identities in the Age of Globalization: the Case of Western Europe". *National Identities*, Vol. 11, N.º 3, pp. 281-299.
- Appadurai, A. (1993). "Patriotism and its Futures". *Public Culture*, Vol. 5, N.º 2, pp. 411-429.
- Archibugi, Daniele, David Held e Martin Kohler (eds.) (1998). *Re-Imagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- Aron, Raymond (1983). *Clausewitz, Philosopher of War*. London: Routledge.
- Arrighi, Giovanni. (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. London: Verso.
- Bellamy, Alex (2011). *Global Politics and the Responsibility to Protect: From Words to Deeds*. London: Routledge.
- Brenner, Neil, Bob Jessop, Martin Jones and Gordon Macleod (2003) (eds.) *State/Space: A Reader*. London: Wiley-Blackwell.
- Brubaker, R.; Cooper, F. (2000). "Beyond Identity". *Theory and Society*, Vol. 29, N.º 1, pp. 1-47.
- Buthe, Tim e Walter Mattli (2011). *The New Global Rulers: The Privatization of Regulation in the World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Camilleri, Joseph e Jim Falk (1992). *The End of Sovereignty? The Politics of a Shrinking and Fragmenting World*. Aldershot: Edward Elgar.
- Caporaso, James (2000). "Changes in the Westphalian Order: Territory, Public Authority, and Sovereignty". *International Studies Review*, Vol. 2, N.º 2.
- Cerny, Philip (1990). *The Changing Architecture of Politics: Structure, Agency and the Future of the State*. London: Sage Publications.
- Cerny, Philip (2010). *Rethinking World Politics: A Theory of Transnational Neopluralism*. Oxford: Oxford University Press.
- Clark, Joseph (2009). "International War Crime Tribunals and the Challenge of Outreach". *International Criminal Law Review*, Vol. 9, N.º1, pp. 274-304.
- Clausewitz, Carl von (1989). *On War*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cohen, Eliot (2008). "Change and Transformation in Military Affairs" em B. Loo (ed.), *Military Transformation and Strategy*. London: Routledge.
- Cooling, Benjamim (ed.) (1981). *War, Business and World Military Industrial Complexes*. New York: Kennikat Press.
- Copp, David (1999). "The Idea of a Legitimate State". *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 28, N.º1, pp. 3-45.
- Crevelde, Martin (1991). *Technology and War: From 2000 B.C. to the Present*. New York: Touchstone.
- Cutler, Claire, Virginia Haufler e Tony Porter (eds.) (1999). *Private Authority and International Affairs*. Albany, NY: State University of New York Press
- Delaney, David (2005). *Territory: A Short Introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Dickinson, Laura (2011). *Outsourcing War and Peace: Preserving Public Values in a World of Privatized Foreign Affairs*. New Haven: Yale University Press.
- Donnelly, Jack (2006). "Sovereign Inequalities and Hierarchy in Anarchy: American Power and International Society". *European Journal of International Relations*, Vol.12, N.º2, pp.189-207.
- Evans, Peter, David Rueschmeyer e Theda Skocpol (1985). *Bringing the State Back in*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferguson, Yale e Richard Mansbach (1996). "Political Space and Westphalian States in a World of 'Polities': Beyond Inside/Outside". *Global Governance*, Vol.2, N.º2, pp. 261-287.
- Ferguson, Yale e Richard Mansbach (1999). "Global Politics at the Turn of the Millennium: Changing Bases of 'Us' and 'Them'". *International Studies Review*, Vol. 1, N.º2, pp. 77-107.
- Ferguson, Yale e Richard Mansbach (2007). "Post-Internationalism and IR Theory". *Millennium*, Vol.35, N.º3, pp. 529-550.
- Foucault Michel (1972). *The Archaeology of Knowledge*. London: Routledge.

- Friedman, Richard (1990). "On the Concept of Authority in Political Philosophy". *Authority*, Vol. 23, N.º3, pp. 56-91.
- Gelbner, Harry (1997). *Sovereignty through Interdependence*. London: Kluwer Law.
- Gellner, Ernest (1983). *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell.
- Giddens, Anthony (1985). *The Nation State and Violence: A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity, Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford: Stanford University Press.
- Gottlieb, Gideon (1993). *Nation against State*. New York: Council of Foreign Relations Press.
- Greenhill Brian (2008). "Recognition and Collective Identity Formation in International Politics". *European Journal of International Relation*, Vol. 14, N.º2, pp. 343-368
- Guehenno, Jean-Marie (1995). *The End of the Nation-State*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Habermas, Jurgen (1992). "Citizenship and National Identity". *Praxis International*, Vol. 12, N.º1, pp. 1-19.
- Hall, Catherine (1993). "Gender, Nationalisms and National Identities", *Feminist Review*, Vol. 44, N.º1, pp. 97-103.
- Held, David (1995). *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity Press.
- Held, David e Andrew McGrew (eds.) (2003). *The Global Transformation Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press.
- Helleiner, Eric (1994). *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Herb, Guntram e David Kaplan (eds.) (1999). *Nested Identities: Nationalism, Territory, and Scale*. Boulder: Rowman and Littlefield.
- Hinsley, F. H. (1986). *Sovereignty*. CUP Archive.
- Hirst, Paul, Grahame Thompson e Simon Bromley (2009). *Globalization in Question*. Cambridge: Polity.
- Hobsbawm, Eric (1990). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobson, John e Jason Sharman (2005). "The Enduring Place of Hierarchy in World Politics: Tracing the Social Logics of Hierarchy and Political Change". *European Journal of International Relations*, Vol.11, N.º1, pp. 63-98.
- Holsti, Kalevi (1996). *The State, War and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Huntington, Samuel (1973). "Transnational organizations in world politics". *World Politics*, Vol. 25, N.º 3, pp. 334-368.
- Hvithamar, Annika e Margit Warburg (2010). *Holy Nations and Global Identities: Civil Religion, Nationalism, and Globalisation*. Leiden: Brill.
- Ignatieff, Michael (1993). *Blood and Belonging*. New York: Straus and Giroux.
- Jackson, Robert (1999). "Introduction: Sovereignty at the Millennium" em Robert Jackson (ed.), *Sovereignty at the Millennium*. Oxford: Blackwell.
- Jessop, Bob (2002). *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press.
- Judt, Tony (1994). "The New Old Nationalism". *The New York Review of Books*, May 26, pp. 44-51.
- Kaldor, Mary (2007). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Age*. Stanford: Stanford University Press.
- Keegan, John (1993). *A History of Warfare*. New York: Knopf.
- Keohane, Robert e Joseph Nye (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little & Brown.
- Keohane, Robert e Joseph Nye (eds.) (1972). *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Khaler, Miles e Barbara Walter (2006). *Territoriality and Conflict in an Era of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kingsbury, Benedict (1998). "Sovereignty and Inequality". *European Journal of International Law*, Vol. 9 N.º 4, pp. 599-625.
- Krasner, Stephen (1995/1996). "Compromising Westphalia". *International Security*, Vol.20, N.º 3.
- Krasner, Stephen (1999a). *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Krasner, Stephen (2004). "Sharing Sovereignty: New Institutions for Collapsed and Failing States". *International Security*, Vol.29, N.º 2.
- Kratochwil, Friedrich (1996). "Is the Ship of Culture at Sea or Returning?" em Y. Lapid and F. Kratochwil (1996) (eds.), *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner.
- Lapid Yosef, Kratochwil Friedrich (eds.) (1996). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- Lapid, Yosef (1994). "Theorizing the National in International Relations Theory" em F. Kratochwil and R. Mansfield (eds.) *International Organizations*. New York: HarperCollins.
- Lapid, Yosef (1996). "Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory" em Y. Lapid e F. Kratochwil (1996) (eds.), *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner.

- Larner, Wendy e William Walters (2004). "Globalization as Governmentality". *Alternatives*, Vol. 29, N.º 5, pp. 495-514.
- Lifitin, Karen (1997). "Sovereignty in World Ecopolitics". *Mershon International Studies Review*, Vol. 41, N.º 1, pp. 167-204.
- Mann, Michael (1988). *States, War and Capitalism*. Oxford: Blackwell.
- Marty, Martin e R. Scott Appleby (1997). *Religion, Ethnicity and Self-Identity: Nations in Turmoil*. Salzburg.
- Meisler, Yoash (1992). "Nationology in Retrospect". *History of European Ideas*, Vol. 15, N.º 4, pp. 629-645.
- Metz, Steven (2000). *Armed Conflict in the 21st Century: The Information Revolution and Post-Modern Warfare*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute.
- Miller, J.D.B. (1986). "Sovereignty as a Source of Vitality for the State". *Review of International Studies*, Vol.12, N.º 2, pp.79-89.
- Milner, Helen e Andrew Moravcsik (eds.) (2009). *Power, Interdependence, and Nonstate Actors in World Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Neuneck, Gotz (2008). "The Revolution of Military Affairs: its Driving Forces, Elements and Complexity". *Complexity*, Vol. 14, N.º 1, pp. 50-61.
- Pemberton, Jo-Anne (2009). *Sovereignty: Interpretations*. London: Palgrave Macmillan.
- Peterson, V. Spike (1993). "The Politics of Identity in International Relations". *Fletcher Forum of World Affairs*, Vol. 17, N.º 1, pp. 1-12.
- Philpott, Daniel (2001). *Revolutions in Sovereignty: How Ideas Shaped Modern International Relations*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- Porter, Brian (1994). *War and the Rise of the State: The Military Foundations of Modern Politics*. New York: Free Press.
- Raz, Joseph (ed.) (1990). *Authority*. New York: New York University Press.
- Rigueira, Paulo (2011). "Sovereignty and Human Rights: External, Internal and Structural Reconfigurations". *Portuguese Journal of International Affairs*, N.º 5, Spring/Summer, pp. 37-65.
- Rigueira, Paulo (2012). "Relações Internacionais como Disciplina". *Relações Internacionais*, N.º 36, pp. 23-46.
- Rosecrance, Richard (1986). *The Rise of the Trading State: Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books.
- Rosecrance, Richard (1999). *The Rise of the Virtual State: Wealth and Power in the Coming Century*. New York: Basic Books.
- Rosenau, James e Otto Czempiel (eds.) (1992). *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Ruggie, John Gerard (1993). "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations". *International Organization*, Vol. 47 N.º 1, pp. 139-174.
- Sandel, Michael (2005). "America's Search for a New Public Philosophy". *The Atlantic Monthly*, 283, March.
- Sassen, Saskia (1996). *Losing Control? Sovereignty in the Age of Globalization*. New York: Columbia University Press.
- Scholte, Jan Aart (1997). "Global Capitalism and the State". *International Affairs*, Vol.73, N.º 3, pp. 427-452.
- Schwartz, Herman (2010). *States Versus Markets: The Emergence of Global Economy*. London: Palgrave Macmillan.
- Sennett, Richard (1993). *Authority*. New York: W.W. Norton & Company.
- Seth, Sanjay (1993). "Political Theory in the Age of Nationalism". *Ethics & International Affairs*, Vol. 7, N.º 1, pp. 75-96.
- Shapiro, Michael (1994). "Moral Geographies and the Ethics of Post-Sovereignty". *Public Culture*, Vol. 6, N.º 3, pp. 479-502.
- Simpson, Gerry (2004). *Great Powers and Outlaw States: Unequal Sovereigns in the International Legal Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, Anthony (1986). *The Ethnic Origins of Nations*. New York: Basil Blackwell.
- Smith, Anthony (1991). *National Identity*. Reno: University of Nevada Press.
- Smith, Anthony (1995). *Nations and Nationalism in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, Anthony (2000). *Myths and Memories of the Nation*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, Anthony (2010). *Nationalism*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, David, Dorothy Solinger, e Steven Topik (eds.) (1999). *States and Sovereignty in the Global Economy*. London: Routledge.
- Smith, Thomas (2002). "The New Law of War: Legitimising Hi-Tech and Infrastructural Violence". *International Studies Quarterly*, Vol. 46, N.º 3, pp. 355-374.
- Spencer, Martin (1970). "Weber on Legitimate Norms and Authority". *The British Journal of Sociology*, Vol. 21, N.º 2, pp. 123-134.
- Spruyt, Hendrik (1996). *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Stankiewicz, W.J. (ed.) (1969). *In Defense of Sovereignty*. New York: Oxford University Press.
- Strange, Susan (1996). *The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Thomson, Janice (1995). "State Sovereignty in International Relations: Bridging the Gap between Theory and Empirical Research". *International Studies Quarterly*, Vol. 39, N.º1, pp. 213-233.
- Thomson, Janice e Stephen Krasner (1989). "Global Transactions and the Consolidation of Sovereignty" em Ersnt-Otto Czempiel e James Rosenau (eds.), *Global Changes and Theoretical Challenges: Approaches to World Politics for the 1990s*. Armonck: Lexington Books.
- Tilly, Charles (1975). "Reflections on the History of European State-Making", in C. Tilly (ed.) *The Formation of National States in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vasquez, John (1993). *The War Puzzle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Verkuil, P. (2007). *Outsourcing Sovereignty: Why Privatization of Government Functions Threatens Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Walker, R.B.J. (1990). "The Concept of Culture in the Theory of International Relations", in J. Chay (ed.) *Culture and International Relations*. New York: Praeger.
- Walker, R.J.B. e Samuel Mendlovitz (eds.) (1990). *Contending Sovereignties: Redefining Political Community*. Boulder: Lynne Rienner.
- Walzer, Michael (1992). "The New Tribalism: Notes on a Difficult Problem". *Dissent* (Spring).
- Wight, Martin (1968). "Why is there no Theory of International Relations" em *Diplomatic Investigations*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Wulf, Herbert (2005). *Internationalizing and Privatizing War and Peace*. London: Palgrave Macmillan.